



**Conhecimento dos Estudantes de Contabilidade Acerca dos Investimentos Financeiros:
Um Estudo na Universidade Federal da Paraíba**

EMILY TAVARES PESSOA MACIEL

Universidade Federal da Paraíba

TAMIRES ESTEFANY FERREIRA

Universidade Federal da Paraíba

DANIELLE KARLA VIEIRA E SILVA

Universidade Federal da Paraíba

Resumo

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) está presente na vida de muitos brasileiros, e sua principal função é a de realizar a ligação entre agentes deficitários da economia, que precisam de recursos emprestados, e os agentes superavitários, que dispõe de recursos para emprestar. Frente a esse interesse da população o presente trabalho tem como objetivo analisar o nível de conhecimento dos alunos de ciências contábeis da Universidade Federal da Paraíba sobre finanças, conceituando e mostrando as principais características do Sistema Financeiro Nacional, intermediação financeira e os investimentos financeiros na teoria visto que muitos decidem investir sem dimensionar os riscos envolvidos e sem saber se eles se encaixam no seu perfil. Tem-se também como objetivo identificar quais são os investimentos mais utilizados pelos estudantes entre os existentes: poupança, certificado de depósito bancário, títulos públicos, letra de crédito agronegócio, ações, previdência privada e letra de crédito imobiliária. A pesquisa foi desenvolvida mediante a realização de questionário eletrônico, aplicado para os discentes da Universidade em estudo, sendo realizada, em seguida, a análise quantitativa dos dados obtidos para que fosse possível confrontar os resultados encontrados perante o problema de pesquisa proposto. Após a análise dos questionários chegou-se à conclusão de que a grande maioria dos respondentes no tocante ao conhecimento sobre os investimentos, tem um nível razoável, ou mesmo insuficiente, e quanto ao investimento mais utilizado por eles, de forma unanime foi apontado a poupança. Apesar do conhecimento ainda muito vago sobre o tema, percebeu-se pela resposta dos estudantes que eles apresentam interesse para aprender mais sobre os investimentos financeiros e os seus benefícios.

Palavras chave: Investimentos, Finanças, Renda Fixa, Renda Variável.



1 INTRODUÇÃO

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) está presente na vida de muitos brasileiros, e sua principal função é a de realizar a ligação entre agentes deficitários da economia, que precisam de recursos emprestados, e os agentes superavitários, que dispõe de recursos para emprestar. De acordo com Santos (2004) no Brasil a maioria da população é de classe média, baixa ou miserável, com grande dificuldade em poupar dinheiro e identificar as maneiras certas de poupar, tais dificuldades em termos financeiros, são o que comprometem a capacidade de planejamento futuro.

O indivíduo precisa ter ciência da função essencial do Sistema Financeiro Nacional. Segundo Portugal (2011), o requisito crucial para o crescimento econômico e social sustentável do Brasil é a existência de um sistema financeiro sólido, ético e eficiente. Portanto é importante a ligação entre agentes deficitários e superavitários, desta forma o mercado financeiro brasileiro gera oportunidades para o desenvolvimento do país. Unir tomadores e aplicadores de recursos da maneira mais segura, objetiva e simples possível é o objetivo principal do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Para Assaf Neto (2003), as instituições financeiras devem possibilitar, conforme as circunstâncias mais adequadas, a realização dos fluxos dos fundos entre os tomadores e poupadores de recursos na economia. Instituições Financeiras são empresas escolhidas pelo cliente, onde são efetuadas transações econômicas, seja ela uma aplicação, um empréstimo ou qualquer modalidade de crédito.

Os principais tipos de Instituições Financeiras são: Bancos Comerciais, Bancos de desenvolvimento, Cooperativas de crédito, Bancos e investimentos, Sociedades corretoras e Distribuidoras.

No mercado Financeiro existe uma ampla quantidade de aplicações financeiras diferentes disponíveis para serem escolhidas, os exemplos mais usados dessas aplicações financeiras são Poupança, o Certificado de Depósito Bancário (CDB), o Recibo de Depósito Bancário (RDB) e os Fundos de Investimento.

Reilly e Brown (2003) destacam que a efetivação de um investimento pode ser através de um indivíduo, ente governamental, fundo de pensão ou organização, ressaltando ainda que um investimento é o comprometimento de dinheiro por um período de tempo, tendo em vista futuros pagamentos que compensarão o período decorrido.

Identificar algumas metas, tais como: o tempo no qual o capital será investido, o objetivo do investimento, o risco a ser tomado, o tipo de investimento, o cenário econômico atual são alguns dos aspectos necessários para realização de um investimento financeiro (Halfeld, 2007). Atualmente a quantidade de pessoas que podem ter acesso a diversos tipos de aplicação está cada vez maior, as instituições financeiras sempre conseguem uma forma de expor a gama de produtos e serviços com que trabalham e que está à disposição da população.

Conforme Bernstein e Damodaran (2000) a probabilidade de produzir quantias volumosas de capital por intermédio da economia de pequenas quantias é a principal vantagem na realização de investimentos financeiros. Outro fator bastante considerável é a diversificação dos tipos de investimentos, proporcionando assim ao investidor decidir o tipo de aplicação, ou ativo, mais adequado para o seu perfil, conforme suas necessidades e objetivos.

Para Assaf Neto (2003) o SFN exerce o papel de facilitador das relações entre os agentes deficitários, aqueles que carecem de recursos e os agentes superavitários, que são aqueles capazes de gerar poupança e fomentar a economia.



Este trabalho tem então como objetivo proporcionar um panorama geral sobre o mercado financeiro, identificando o conhecimento dos estudantes de contabilidade, conceituando os principais tipos de investimentos realizados por eles.

Assim, com base no exposto, surge a seguinte questão de pesquisa: Qual o nível de conhecimento dos estudantes de contabilidade da Universidade Federal da Paraíba, acerca dos Investimentos Financeiros? Para respondê-la definiu-se como recorte empírico a UFPB, de modo a investigar se os estudantes de contabilidade têm interesse e conhecimento sobre Investimentos Financeiros.

A existência do presente estudo justifica-se frente à demanda de estudos relativos ao mercado financeiro contemporâneo e seus investidores, entendendo sobre os tipos de investimentos e qual a melhor decisão a ser tomada. Mediante essa inquietação, surgiu a necessidade de analisar o nível de conhecimento dos estudantes sobre investimentos financeiros. Sabe-se que a falta de conhecimento e o baixo nível de educação financeira dificulta bastante a escolha do melhor tipo de investimento para cada perfil.

Através deste trabalho, será possível ter um panorama do nível de conhecimento dos discentes do curso de ciências contábeis da Universidade Federal da Paraíba, no tocante aos investimentos financeiros de renda fixa e renda variável, com exceção dos Fundos de Investimentos, dando uma visão geral e base para estudos mais aprofundados posteriormente.

Por fim, esta pesquisa tem a intenção de contribuir para a sociedade não apenas acadêmica, mas para a sociedade como um todo, pois possibilitará às pessoas conhecimentos teóricos sobre os investimentos do mercado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sistema Financeiro Nacional

Assaf Neto (2012) argumenta que o sistema financeiro pode ser dividido em dois subsistemas, a considerar: o normativo – de caráter fiscalizador e regulamentador, e os supervisores – responsáveis pelas operações de intermediação financeira, como, por exemplo, as sociedades de arrendamento mercantil e as cooperativas de crédito. Os órgãos: Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal (CEF) fazem parte do subsistema normativo.

O conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros com o intuito de transferência de recursos dos agentes econômicos superavitários para os deficitários é compreendido pelo Sistema Financeiro Nacional (Assaf Neto, 2012). O Sistema Financeiro cria condições para que os títulos e valores mobiliários tenham liquidez no mercado.

Discorrendo sobre os órgãos que contemplam o sistema normativo, Assaf Neto (2012) aponta que o CMN representa um órgão normativo responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do SFN e é composto por três membros, o Ministro da Fazenda (Presidente), Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Presidente do Banco Central do Brasil. O órgão possui influência sobre as taxas de juros e a poupança, podendo afetar o rendimento de certas aplicações financeiras.

No tocante aos órgãos supervisores, o BACEN pode ser definido como o banco fiscalizador e disciplinador do mercado financeiro, sendo responsável por analisar e intervir em qualquer ameaça de instituições financeiras que possam prejudicar o sistema bancário nacional; este ainda atua na negociação de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, regulando a oferta e a demanda da



moeda; assim, as decisões tomadas pelo BACEN podem afetar os investidores que possuem recursos financeiros aplicados em títulos públicos (Assaf Neto, 2012).

Outro órgão de relevância para os investimentos financeiros são os órgãos Operadores. Gitman (2004) infere que as instituições financeiras são mediadoras, proporcionando a centralização de poupanças de indivíduos, empresas e órgãos de governos tanto para aplicações como para empréstimos. No tocante aos bancos, Assaf Neto (2012) classifica-os em bancos de varejo e bancos de negócios. Os bancos de varejo operam sob uma mesma denominação social com diversas modalidades e tipos de produtos financeiros, abrangendo também um maior número de clientes, já os bancos de negócios, por outro lado possuem um número mais reduzido de clientes, porém, de poder aquisitivo mais alto, estão voltados preferencialmente para operações financeiras de maior porte e complexidade.

Um outro segmento dos órgãos operadores de bastante destaque na economia, são as cooperativas de crédito. Gediel (2001) define as cooperativas de crédito como sendo organizações que não visam o lucro, constituídas para prestar serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros, além de outras operações específicas.

2.1.1 Intermediação Financeira

Intermediação Financeira conceitua-se como a atividade desenvolvida por instituições financeiras que consiste em transferir recursos dos agentes econômicos superavitários para os agentes econômicos deficitários. Trata-se do conjunto de operações que têm como objetivo propiciar a transferências de recursos financeiros entre poupadores e tomadores de capital (Cavalcante, Misumi & Rudge, 2009).

Corroborando com o exposto, Clemente e Kühl (2006) aprofundam esse conceito, acrescentando a informação da taxa de captação que deve cobrir o custo de captação, os gastos de intermediação, o risco e os tributos e, ainda, gerar resultado para a atividade de intermediação. As instituições financeiras agem como intermediários, canalizando as poupanças de pessoas físicas, empresas e órgãos governamentais para empréstimos e investimentos (Gitman, 2010).

Gitman (2010) complementa ainda que, através de remunerações diretas ou indiretas, como os juros sobre os valores depositados, as instituições financeiras recompensam seus depositantes, mas também recebem tarifas por serviços prestados, como por exemplo a conta corrente. Dentre as principais instituições financeiras estão os bancos comerciais, as caixas econômicas, cooperativas de créditos, as associações de poupança e empréstimo e as companhias de seguros.

2.2 Investimentos Financeiros

Investimentos financeiros proporcionam a criação de uma considerável quantia de recursos financeiros por meio de uma grandeza consideravelmente menor. O objetivo de um investimento financeiro consiste em produzir algo com maior valor para posterior benefício, associado com a privação do consumo ou do prazer presente (Bernstein & Damodaran, 2000).

A carteira de possibilidades de investimentos financeiros apresentada hoje pelas instituições financeiras é bastante diversificada, oferecendo diferentes fundos de investimentos. Neste contexto, Cherobim, Júnior e Rigo (2005) afirmam que investimento consiste em toda aplicação de capital em algum ativo, tangível ou não, para obter determinado retorno no futuro.

O motivo de investir financeiramente em qualquer operação é de caráter pessoal, porém, aconselha-se que sejam traçadas algumas metas antes de realizar algum tipo de investimento (Piazza,



2010). Investir representa a maneira mais adequada para construir um patrimônio consistente e próspero, além de ser um meio de alcançar independência financeira.

De acordo com Assaf Neto (2003), a caderneta de poupança é uma alternativa de aplicação financeira bastante conservadora, oferecendo segurança, já que o governo garante os depósitos até certo limite e baixa remuneração comparado a outros tipos de ativos no mercado. Além disso, a poupança é isenta de imposto de renda, o que atrai inúmeros investidores cautelosos.

No Brasil, a caderneta de poupança, muitas vezes chamada apenas de poupança, é uma forma de investimento de baixo risco, logo considera-se um investimento conservador, e de menor retorno, cuja operação é regida pelo governo federal com regras específicas e pré-estabelecidas. Assaf Neto (2012), destaca que a caderneta de poupança corresponde a uma modalidade de investimento mais tradicional do Brasil, devido ao baixo risco e facilidade de gestão.

2.2.1 Renda Fixa

Os instrumentos de renda fixa representam aqueles títulos emitidos por empresas ou pelo governo caracterizados por apresentarem pouco risco. Nesse contexto Assaf Neto (2012), afirma que o lucro obtido no mercado de renda fixa, por meio do investimento realizado, pode ser resgatado no vencimento do título, em datas específicas ou no momento em que o investidor bem entender, dependendo do tipo de operação.

Segundo Cerbasi (2008), os investimentos em renda fixa caracterizam-se como aqueles que geram rendimentos fixos, onde a rentabilidade é previamente determinada no momento da aplicação ou no momento do resgate da mesma. Em geral o potencial de rendimento proporcionado por tais aplicações é menor que os rendimentos de aplicações variáveis, porém os riscos de perda também são menores. Silva Neto (2003) explica que os fundos de renda fixa representam os principais concorrentes da caderneta de poupança, dentre as quais estão a privada (CDB - Certificado de Depósito Bancário, LCI - Letra de Crédito Imobiliário, e LCA - Letra de Crédito Agronegócio) e a pública (Tesouro Direto).

O Certificado de Depósito Bancário (CDB) consiste em um título de renda fixa bastante seguro em relação a outros, é emitido pelos bancos como forma de captação de recursos com o objetivo de financiar suas atividades. Assaf Neto (2003) relata que os CDBs têm o objetivo de lastrear operações de financiamento de capital de giro, afirmando ainda que são títulos de renda fixa emitidos pelos bancos Comerciais/Múltiplos e bancos de Investimentos.

Conforme afirma Fortuna (2002), o CDB representa um título transferível o que significa que pode ser resgatado antes do vencimento, a critério da instituição financeira, através de endosso nominativo, desde que respeitados os prazos mínimos. Os CDB não podem ser prorrogados, mas podem ser renovados de comum acordo através de um novo contrato.

Fortuna (2002) complementa ainda que o Certificado de Depósito Bancário mais conhecido como depósito a prazo, representa um dos mais antigos e utilizados títulos de captação de recursos pelos bancos.

Tratando-se da LCI, Fibra (2014) aponta que a Letra de Crédito Imobiliário se traduz como um investimento com base em crédito imobiliário, sendo um título de crédito lastreado por créditos imobiliários, penhorado por hipoteca ou alienação fiduciária de ativo imóvel e criado para incentivar o mercado imobiliário. Apesar da LCI poder ser corrigida por índices de valores, tem se normalmente como base de atualização porcentagens de CDI.

A LCI é emitida por instituições financeiras – bancos comerciais, múltiplos e lastreado por empréstimos imobiliários, é isenta de imposto de renda sobre o ganho para as pessoas físicas e adota



a tabela regressiva de imposto de renda, para os ganhos em função do tempo de permanência, para aplicações de pessoas jurídicas (Fortuna, 2010).

Discorrendo sobre a LCA, Fortuna (2010) afirma que, a Letra de Crédito Agronegócio é emitida exclusivamente para garantias em empréstimos ao setor rural, e somente instituições financeiras autorizadas podem emitir, tendo essas entidades a responsabilidade de honrar as obrigações junto aos investidores. Esse título é executivo extrajudicial, sendo livre de penhor judicial, que dá uma garantia extra ao investidor.

A LCA é isenta de imposto de renda considerando-se um investimento de baixo risco. De acordo com a CETIP (2014), representa um título que visa captar recursos exclusivamente para a atividade do agronegócio, tendo como atrativos a isenção do IR sobre os ganhos para pessoas físicas e a cobertura feita pelo FGC - Fundo Garantidor de Créditos.

Com relação aos títulos públicos, eles são ativos de renda fixa, que o tomador ao adquirir, empresta dinheiro para o governo em troca do direito de receber no futuro o que emprestou, mais os juros sobre esse empréstimo. O Tesouro Direto consiste em um programa nacional desenvolvido com a BMF&F Bovespa para venda de títulos públicos federais para pessoas físicas, por meio da internet (Tesouro Direto, 2016). Sabendo que o título de renda fixa tem como característica a certeza de quanto será o retorno pelo empréstimo no dia da compra, o título público representa uma aplicação segura e rentável utilizada pelo governo.

Tais títulos correspondem a um investimento de renda fixa com previsibilidade, liquidez, baixo custo e baixo risco. Apresenta boa rentabilidade e, dependendo da corretora, apresentam algumas taxas, entre elas taxas de administração e custódia (Bm&fBovespa, 2014).

De acordo com raciocínio de Ross, Westerfield e Jordan (2008), os títulos públicos, ou títulos de dívidas, representam a intenção do Governo em obter dinheiro por meio de títulos que são comprados por um indivíduo, assim, o ente governamental pode captar recursos financeiros para quitar dívidas, e o título é pago com acréscimo de juros para o investidor que o comprou.

2.2.2 Renda variável

Esse formato de investimento é mais interessante para investidores que tenham o perfil dinâmico, pois esses investimentos sofrem variações ao longo tempo. As aplicações de renda variável não possuem remuneração ou vencimento previamente acordados e o rendimento é obtido através da diferença entre o preço de aquisição e o preço de venda (Banco do Brasil, 2007). Mesmo que possa oferecer um risco maior, a renda variável possivelmente permite retornos muito maiores do que da renda fixa.

Os investimentos e aplicações são caracterizados por ter rendimentos que variam devido a uma série de fatores. Entra em ação a lei da oferta e demanda, ou seja, quando a oferta de um produto excede à demanda, seus preços tendem a cair. E quando a demanda é maior que a oferta, os preços desse produto tendem a subir.

Um exemplo de investimento em renda variável é a ação. As ações de uma empresa Sociedade Anônima (S.A.) podem ser encontradas nas Bolsas de Valores ou no mercado de balcão (sociedades corretoras de valores ou de mercadorias, as distribuidoras e os bancos de investimento). De acordo com Piazza (2010), as ações são títulos negociáveis que representam uma parcela do patrimônio líquido de uma empresa de capital aberto.

O retorno do investimento em ações se dá por meio da venda futura dessas ações ou por meio de dividendos, que representam o lucro gerado pela empresa, repassado aos investidores de acordo com a porcentagem da ação do mesmo. Os dividendos são distribuídos após os descontos de imposto de renda e contribuições sociais (Wolffenbüttel, 2006).



Para investir na Bolsa de Valores, por meio da compra de ações de empresas, é preciso contatar uma das corretoras financeiras disponibilizadas pela Bm&fBovespa, abrir uma conta na corretora, similar a uma conta bancária, e realizar as operações de compra ou venda. As operações são realizadas via contato entre o investidor e a corretora, seja pelo telefone ou internet (Halfeld, 2007).

Em relação às taxas, de acordo com Bm&fBovespa (2019), as taxas comumente cobradas são as taxas de corretagem e de custódia, que vão depender da corretora/banco. A taxa de corretagem é o valor cobrado pelo acesso ao mercado, podendo ser uma porcentagem da operação realizada ou um valor fixo, enquanto que a taxa de custódia é o valor cobrado mensalmente pela guarda das ações pela Bolsa e pelos serviços oferecidos pelas corretoras/bancos (Portal Do Investidor, 2018).

Outro tipo ainda de renda variável, é a debênture que é uma modalidade financeira em valor mobiliário, um representativo de dívida, que assegura aos seus detentores o direito de crédito contra a companhia emissora. A debênture representa um título de dívida que gera um direito de crédito ao investidor, ou seja, o mesmo terá direito a receber uma remuneração do emissor (geralmente juros) e periodicamente ou no vencimento do título receberá de volta o valor investido (principal). (Bm&fBovespa 2019).

As debêntures são emitidas por sociedades anônimas de capital aberto ou fechado e utilizadas para financiar projetos ou reestruturar dívidas da empresa, tendo como vantagens na captação de recursos a diminuição do seu custo médio, o alongamento e a adequação do seu perfil e a diminuição significativa das garantias utilizadas (Bm&fBovespa, 2019)

Desta forma, uma companhia em vez de tomar um empréstimo junto ao banco, pode realizar uma emissão de debêntures para captar recursos e aplicar em projetos que, por exemplo, aumentarão a sua capacidade produtiva ou permitirão a sua entrada em um novo segmento de negócios.

Ainda se tratando de renda variável há também a previdência privada, que para muitos consiste em um tipo de investimento, é uma contribuição para somar com a aposentadoria. Segundo Halfeld (2007), os investimentos realizados ao longo da vida podem acarretar em uma aposentadoria confortável e financeiramente estável.

Halfeld, (2007) complementa ainda que a previdência pública no Brasil, representada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), apresenta baixo retorno do investimento realizado ao longo dos anos, além de baixa qualidade de gestão dos fundos, tornando a previdência privada uma considerável opção de investimento.

Entre os planos de previdência complementar disponíveis no mercado existem os do tipo VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) e PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), que possuem características distintas e peculiares, o que acaba gerando muitas dúvidas para decidir em qual plano investir.

O VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres) e PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) são planos por sobrevivência (de seguro de pessoas e de previdência complementar aberta) que, após um período de acumulação de recursos (período de diferimento), proporcionam aos investidores (segurados e participantes) uma renda mensal - que poderá ser vitalícia ou por período determinado - ou um pagamento único (SUSEP, 2019).

Os planos do tipo PGBL destinam-se aos clientes que utilizam a Declaração Completa do IR, e que fazem jus ao benefício fiscal, que contribuem para o Regime Geral de Previdência Social, ou regime próprio de previdência ou que são aposentados.

Todo plano de previdência complementar possui duas fases. A primeira é a fase de acumulação de capital ou capitalização, quando o indivíduo se encontra na etapa ativa e superavitária do seu ciclo de vida. Essa fase, também conhecida como período de diferimento, corresponde ao período compreendido entre a data do início do plano até a data de início do pagamento do benefício,



onde acontece a acumulação das contribuições. A segunda fase, portanto, é a do pagamento dos benefícios, quando o indivíduo se encontra na etapa final, dependente e deficitário do seu ciclo de vida. O final do recebimento do benefício pode ser uma data pré-predeterminada, quando o beneficiário opta pela renda temporária, ou pode ser a data de falecimento do beneficiário, quando ele opta pela renda vitalícia (Campani & Costa, 2016).

As contribuições realizadas nos planos do tipo PGBL podem ser deduzidas da base de cálculo do IR, limitada a 12% do total dos rendimentos brutos anuais (Caixa Seguradora, 2017).

Já os planos do tipo VGBL são indicados aos clientes que utilizam a Declaração Simplificada, aos isentos do IR e aos que desejam contribuir com valores acima de 12% da sua renda bruta anual para efeito de dedução dos prêmios e ainda desejam contratar um plano de acumulação para complementação de renda.

Os principais benefícios possíveis são o pagamento único, a renda mensal temporária, a renda mensal por prazo certo, a renda mensal vitalícia e a renda mensal vitalícia com prazo mínimo garantido (Campani & Costa, 2016).

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa descritiva, segundo Charoux (2004) e Oliveira (2004) este tipo de pesquisa é ideal quando se busca comparar a base teórica com os dados coletados durante a pesquisa, possibilitando a análise demográfica de uma comunidade de indivíduos, além de possibilitar o estudo dos fenômenos sem que haja interferência do pesquisador.

No que diz respeito à abordagem do problema, o estudo é quantitativo. Estudos dessa natureza normalmente medem o comportamento, conhecimento e opiniões de indivíduos (Cooper & Schindler, 2016).

No tocante aos procedimentos de pesquisa, trata-se de um levantamento. Segundo Beuren (2013), esse tipo de pesquisa é utilizado geralmente quando a população é numerosa e há impossibilidade de estudar detalhadamente cada objeto ou fenômeno.

3.2 Universo da Pesquisa

De acordo com a Coordenação do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Campus I, até o mês de maio de 2019, encontram-se matriculados e ativos o número de 1.012 alunos.

A população escolhida foi de discentes dos últimos períodos, do 6º ao 10º período, no total de 392 alunos matriculados no curso de graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Federal da Paraíba no campus que fica localizado em João Pessoa.

A amostra, escolhida por acessibilidade, foi formada pelos estudantes que aceitaram participar do estudo, respondendo o questionário enviado, totalizando 92 participantes.

A decisão de analisar apenas os alunos enquadrados do 6º ao 10º semestre letivo ocorreu devido ao conhecimento nas disciplinas já cursadas relativas à área financeira e por estarem próximos do momento da Graduação.

3.3 Procedimentos Metodológicos

Utilizou-se um questionário eletrônico, cujo *link* foi repassado aos estudantes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba, por meio de redes sociais.



Anteriormente a essa etapa, no dia 17 de março de 2019, realizou-se um pré-teste com cinco estudantes do curso de Ciências Contábeis da mesma faculdade, nessa etapa ajustou-se algumas questões do formulário e retirou-se outras que não eram relevantes. O que foi de suma importância para aplicação do instrumento na semana seguinte. Para Charoux (2004), o questionário pré-teste serve para validar a coleta dos dados e evitar dúvidas e incertezas por parte dos analisados.

Utilizou-se para coleta de dados na pesquisa quantitativa um questionário fechado com dezoito perguntas, onde o entrevistado respondeu as questões sobre investimentos financeiros. Depois foi feita a análise dos dados e posteriormente com os dados quantitativos realizou-se tratamentos com o uso do software Microsoft Excel.

O questionário eletrônico foi desenvolvido na plataforma *web* por meio do Google® Forms, ferramenta utilizada mundialmente para criação de formulários online. Para responder a maioria das questões (12), os pesquisados utilizaram uma escala de Likert, de cinco pontos.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Perfil dos Pesquisados

O perfil dos pesquisados pode ajudar na análise dos dados, de modo que se possa identificar o alcance da pesquisa, a faixa etária, distribuição por gênero, em que tipo de instituição cursou o ensino médio, em qual período se encontra no curso de graduação, se já participou de algum tipo de programa de iniciação científica, bem como o nível de conhecimento sobre os investimentos financeiros em função de algumas dessas características.

A tabela 1 apresenta a distribuição dos participantes por faixa etária, observando-se que se trata de um público predominantemente jovem 53,26%, cuja idade varia entre 20 e 25 anos, seguidos de 25% referente aos estudantes com idade de 26 a 30 anos.

Tabela 1 – Faixa Etária

Faixa etária	Quantidade de estudantes	Percentual
Até 19 anos	1	1,09%
De 20 a 25 anos	49	53,26%
De 26 a 30 anos	23	25,00%
De 31 a 35 anos	8	8,70%
De 36 a 40 anos	5	5,43%
Acima de 41 anos	6	6,52%
Total	92	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Ainda de acordo com a tabela 1 verificou-se que 5,43% dos participantes tem a idade de 36 a 40 anos seguido de 6,52% com faixa etária acima dos 40 anos.

A tabela 2 apresenta a distribuição dos participantes por gênero, onde verificou-se o equilíbrio entre os gêneros dos respondentes, gênero masculino 50%, e o gênero feminino 52,22%.



Tabela 2 – Gênero

Gênero	Quantidade de estudantes	Percentual
Feminino	47	52,22%
Masculino	45	50,00%
Total	92	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A tabela 3 apresenta em qual tipo de instituição os estudantes cursaram o ensino médio, vê-se que a maioria cursou todo ensino médio em escola pública, um total de 61,96% dos respondentes, seguidos pela escola privada 31,52%. Percebeu-se também que 4,35% dos participantes estudaram a maior parte em escola pública e o restante em escola privada, e a minoria de 2,17% cursaram maior parte em escola privada e o restante em escola pública.

Tabela 3 – Tipo de Instituição que cursaram ensino médio

Tipo de Instituição	Quantidade de estudantes	Percentual
Maior parte em escola privada e o restante em escola pública	2	2,17%
Maior parte em escola pública e o restante em escola privada	4	4,35%
Somente em escola privada	29	31,52%
Somente em escola pública	57	61,96%
Total	92	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Na tabela 4 tem-se a relação do período que os estudantes estão cursando. A maioria dos participantes 50% encontra-se no 10º período, 18,6% estão no 6º período, 16,3% estão no 8º período, 9,3% encontram-se no 9º período, seguidos de 5,8% que estão cursando o 7º período.

Tabela 4 – Período de graduação

Período	Quantidade de estudantes	Percentual
6º Período	21	22,83%
7º Período	5	5,43%
8º Período	14	15,22%
9º Período	8	8,70%
10º Período	44	47,83%
Total	92	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A tabela 5 apresenta dados referentes a estudantes que participaram de algum tipo de programa de iniciação científica na área de finanças.

Tabela 5 – Programas de iniciação científica

Respostas	Tipo de programa	Quantidade de estudantes	Percentual
Não		89	96,74%
	Educação financeira para a vida toda	1	1,09%
Sim	Monitoria	1	1,09%
	PIBIC	1	1,09%
Total		92	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)



De acordo com a tabela 5, observa-se que a maior parte dos estudantes, totalizando 96,74% não participaram de nenhum programa de iniciação científica, restando apenas 3,3% dos discentes que participaram de algum tipo de programa, sendo esses os seguintes: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, Monitoria e Educação financeira para toda vida.

4.2 Conhecimento dos Estudantes de Contabilidade Acerca de Investimentos Financeiros

Inicialmente, questionou-se os participantes quanto ao nível de conhecimento sobre Investimentos Financeiros obtido durante o curso em Ciências Contábeis, 60,87% dos respondentes afirmaram ter sido “razoável”, 9,78% que foi “suficiente”, 28,26% que foi “insuficiente” e só 1,09% dos respondentes afirmaram que não adquiriram “nenhum” conhecimento sobre investimentos financeiros no curso.

No tocante ao nível de conhecimento adquirido, sobre intermediação financeira, em média, prevaleceu a opção “razoável” com 44,57% seguido do nível “insuficiente”, 36,96%. Percebe-se que a minoria dos estudantes 8,70% declarou um nível “suficiente” e os outros 9,78% consideram-se com “nenhum” tipo de conhecimento sobre o assunto.

Tabela 6 – Investimentos e intermediação financeira

Nível de conhecimento adquirido durante o curso	Nenhum	Insuficiente	Razoável	Suficiente	Muito	Total
Investimentos Financeiros	1,09%	28,26%	60,87%	9,78%	-	100,00%
Intermediação Financeira	9,78%	36,96%	44,57%	8,70%	-	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A tabela 7 apresenta os resultados relativos ao nível de conhecimento dos pesquisados sobre Poupança, CDB, LCI, LCA, Títulos Públicos, Ações, Debêntures, Previdência Privada e seus respectivos planos PGBL e VGBL.

Tabela 7 – Nível de conhecimento acerca dos investimentos financeiros

Nível de conhecimento com relação aos investimentos em:	Nenhum	Insuficiente	Razoável	Suficiente	Muito
Poupança	2,17%	19,57%	33,70%	39,13%	5,43%
CDB	8,70%	41,30%	25,00%	21,74%	3,26%
LCI	20,65%	45,65%	18,48%	13,04%	2,17%
LCA	21,74%	42,39%	20,65%	14,13%	1,09%
Títulos Públicos	7,61%	38,04%	29,35%	19,57%	5,43%
Ações	2,17%	34,78%	38,04%	19,57%	5,43%
Debêntures	8,70%	55,43%	23,91%	10,87%	1,09%
Previdência Privada	7,61%	36,96%	36,96%	15,22%	3,26%
Plano previdenciário PGBL	26,09%	45,65%	15,22%	11,96%	1,09%
Plano previdenciário VGBL	27,17%	45,65%	14,13%	11,96%	1,09%
Média	13,26%	40,54%	25,54%	17,72%	2,93%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Observa-se através da tabela 7 que uma média de 13,26% considera que não apresentam “nenhum” conhecimento sobre as possibilidades de investimento que existem. O plano previdenciário VGBL corresponde ao maior percentual da média, 27,17% dos respondentes afirmaram não ter conhecimento nenhum nesse tipo de investimento.



No tocante a média, a maioria das respostas situa-se no nível predominantemente “insuficiente” superando a média de 40% indicando uma situação de desconhecimento dos pesquisados quanto aos tópicos abordados, no qual a LCI e os planos previdenciários PGBL e VGBL representam equilibradamente 45,65% dos participantes com nível “insuficiente”.

Seguido, pelo nível “razoável” com média de 25,24% dos estudantes, o que indica um percentual aceitável, porém nos mostra inexperiência nos investimentos, onde 38,04% indicam a carência de conhecimento dos mesmos quando se trata de conhecimento em Ações. Quanto ao nível de conhecimento “suficiente” observou-se a média total de 17,72% dos participantes, viu-se que a poupança foi o ativo de maior conhecimento pelos alunos pesquisados, com um total de 39,13% de nível de conhecimento “suficiente”.

E por fim, identificou-se os alunos que se dizem com “muito” nível de conhecimento com média de 2,93%, visualizados 5,43% que contam com “muito” conhecimento nas modalidades de investimento de poupança, títulos públicos e ações.

A tabela 8 retrata o quantitativo de estudantes de tem algum tipo de investimento financeiro ou não.

Tabela 8 – Percentual de investimentos dos entrevistados

Respostas	Quantidade de estudantes	Percentual
Não	49	53,26%
Sim	43	46,74%
Total	92	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Observa-se, assim, na tabela 8, que 53,26% dos estudantes não tem nenhum tipo de aplicação financeira. Logo, a pesquisa não tem possibilidade de identificar os motivos pelos quais os entrevistados não possuem investimentos financeiros, sendo este, um tópico a ser questionado em pesquisas futuras. Por outro lado, observou-se que 46,74% dos respondentes, possuem algum tipo de investimento, resultado este, que equilibra a pesquisa, mostrando que uma grande parcela de estudantes tem interesse em investimentos financeiros.

A tabela 9 detalha as modalidades de investimento mais utilizadas pelos alunos que possuem algum tipo de aplicação, são elas: Poupança, CDB, títulos públicos, LCA, LCI, ações e previdência privada.

Tabela 9 – Tipos de investimentos financeiros mais utilizados

Respostas	Tipo de investimento	Quantidade de estudantes	Percentual
Sim	Poupança	21	48,84%
	CDB	6	13,95%
	Títulos Públicos	6	13,95%
	LCA	1	2,33%
	Ações	2	4,65%
	Previdência Privada	3	6,98%
	LCI/CDB	1	2,33%
	LCI/Ações	1	2,33%
	LCI/Poupança	1	2,33%
	LCI/Títulos Públicos	1	2,33%
Total		43	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)



Observou-se na tabela 9, que a caderneta de poupança foi o ativo de maior preferência pelos alunos pesquisados, com um total de 21 indivíduos, representando 48,84% da quantidade total de investimentos realizados. O resultado obtido é semelhante à afirmação de Assaf Neto (2012), ao destacar que a caderneta de poupança é a modalidade de investimento mais tradicional do Brasil, devido ao baixo risco e facilidade de gestão.

O investimento em CDB foi o segundo maior destaque na pesquisa, totalizando 13,95% dos estudantes, equilibrado com os títulos públicos, com o mesmo percentual de 13,95%. O que pode ser entendido pelo fato de os estudantes apresentarem uma cultura muito conservadora em relação aos investimentos e por acharem que os investimentos menos arriscados seriam as melhores opções.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo verificar o nível de conhecimento dos estudantes de Contabilidade da Universidade Federal da Paraíba, acerca dos seus Investimentos financeiros. A pesquisa possibilitou a abordagem de temas relevantes frente a finanças e investimentos pessoais financeiros. A pesquisa buscou esclarecer assuntos relacionados ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) e aos tipos de investimentos mais comuns entre os estudantes.

Quanto ao perfil, predominou no estudo participantes como gênero feminino, com a faixa etária de 20 a 25 anos. A maioria dos estudantes cursaram escola pública e estão cursando o 10º período de graduação.

Os resultados referentes a participação dos alunos de graduação nos programas de pesquisa e extensão, deixou bastante a desejar, pois observou-se uma quantidade expressiva de oitenta e nove estudantes que não fazem parte de programas na área financeira.

No tocante ao nível de conhecimento adquirido no curso de ciências contábeis, sobre intermediação financeira, observou-se que, grande parte dos estudantes afirmaram não ter nenhum conhecimento sobre o assunto, deixando claro que ainda existe uma certa carência no ensino destes temas durante a graduação. Percebeu-se também que a minoria dos estudantes declarou um nível suficiente e ninguém se jogou com muito conhecimento sobre o assunto.

Já os resultados com relação ao nível de conhecimento sobre os investimentos financeiros adquirido no curso de ciências contábeis, percebe-se que, a maioria dos entrevistados optou por declarar um conhecimento razoável sobre o tema, o que se pode considerar como um bom nível de aceitação. Percebeu-se assim, que a maioria dos entrevistados tem um conhecimento ainda muito vago acerca dos tipos de investimentos de renda variável e renda fixa, expostos hoje no mercado.

A pesquisa focou na importância dos investimentos financeiros, com o objetivo de apresentar teoria sobre o assunto, além de analisar o nível de conhecimento dos possíveis investidores, e os tipos de aplicações mais utilizados pelos alunos, por meio de questionário.

Constatou-se que a maioria dos alunos de contabilidade da amostra, totalizando 43 estudantes realizam algum tipo de investimento, o que pode ser considerado como ponto positivo ao se comparar com a quantidade total dos entrevistados que foram 92 estudantes, a maioria dos investimentos realizados por eles concentram-se na caderneta de poupança.

A aplicação em poupança prevalece, visto que é o investimento que possui liquidez diária e não possui tributação, fatores esses que são facilitadores em uma retirada emergencial.

O investimento é a ferramenta que possibilita atingir expectativas, metas e sonhos em um espaço de tempo, ou seja, é deixar de consumir no presente para obter no futuro. Porém o incentivo para o consumo é maior do que para o investimento, pois percebemos que essa cultura do imediatismo tem sido uma realidade na cultura brasileira durante séculos.



A pesquisa limitou-se aos estudantes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba, sugere-se em estudos futuros, ampliar a pesquisa de modo a alcançar uma amostra mais representativa com os discentes de outras áreas, como por exemplo Administração, Ciências Atuariais e Economia.

REFERÊNCIAS

Assaf Neto, A. (2003) Mercado financeiro. (5. ed.) São Paulo: Atlas.

Assaf Neto, A. (2012) Mercado financeiro. (11. ed.) São Paulo: Atlas.

Bernstein, P. L. & Damodaran, A. (2000) Administração de investimentos. Porto Alegre: Bookman.

Bm&fBovespa. Títulos privados. Recuperado em 31 de março, 2019, de: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-fixa-privada-e-publica/debentures.htm

Bm&fBovespa. Tesouro direto. Recuperado em 18 de dezembro, 2018, de: <http://www.b3.com.br/ptbr/mercados/outros-titulos/tesouro-direto/tesouro-direto.aspx?idioma=pt-br>.

Bm&fBovespa. Ações. Recuperado em 05 de abril, 2019, de: http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/acoes.htm

Beuren, I. (2013) Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. São Paulo: Atlas.

Campani, C. H. & Costa, T. R. (2016) Pensando na aposentadoria: PGBL, VGBL e auto previdência, 2016. Recuperado em 31 de março, 2019, de: <https://www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/428.pdf>

Cavalcante, F., Misumi, J. Y. & Rudge, L. F. (2009) Mercado de capitais: o que é, como funciona. (7. ed.) Rio de Janeiro: Elsevier.

Caixa Seguradora. Afinal, o que é PGBL e VGBL? Recuperado em 18 de março, 2019, de: <http://www.caixaseguradora.com.br/paravoce/previdencia/Paginas/saiba-mais.aspx>.

Cerbasi, G. (2008) Investimentos inteligentes. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil.

Cetip. LCA. Recuperado em 18 de março, 2019, de: http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/registro/renda-fixa-e-valores-mobiliarios/letras-de-creditoagronegocio.htm

Clemente, A. & Kühl, M. R. (2006) Intermediação Financeira no Brasil: Influência da Taxa de Captação sobre a Taxa de Aplicação. Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, Brasil.

Charoux, O. M. G. (2004) Metodologia: processo de produção, registro e relato do conhecimento. São Paulo: DVS Editora.



- Cooper, D. & Schindler, P. (2016) Métodos de pesquisa em administração. (12. ed.) Porto Alegre: AMGH.
- Fortuna, E. (2002) Mercado financeiro: produtos e serviços. (15 ed.) Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Fortuna, E. (2010) Mercado Financeiro: produtos e serviços. (17 ed.) Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Gediel, J.A. (2001) Os caminhos do cooperativismo. Editora UFPR.
- Gitman, L. J. (2004) Princípios de administração financeira. São Paulo: Pearson Addison Wesley.
- Gitman, L. J. (2010) Princípios de administração financeira. (12. ed.) São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Halfeld, M. (2007) Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro. (2 ed.) São Paulo: Editora Fundamento Educacional.
- Oliveira, S. L. de. (2004) Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. (2. ed.) São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Piazza, M. C. (2010) Bem-vindo a bolsa de valores. (9. ed.) São Paulo: Saraiva.
- Portal do Investidor. Taxas e custos. Recuperado em 10 de outubro, 2018 de: http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/funcionamento_mercado/taxas_custos.html
- Portugal, M. (2011) Pronunciamentos. Recuperado em 22 de março, 2019, de: www.febraban.org.br
- Reilly, F. & Brown, K. C. (2003) Investment analysis and portfolio management. (7. ed.) Ohio: Thomson Learning.
- Ross, S. A., Westerfield, R.W. & Jordan, B. D. (2008) Administração financeira. (8. ed.) São Paulo: McGraw-Hill.
- Santos, M. C. (2004) Investimentos no mercado financeiro: um estudo de caso do Unibanco S.A. Recuperado em 20 de novembro, 2019, de: <http://tcc.bu.ufsc.br/Adm295440.PDF>.
- Silva Neto, L. de A. (2003) Guia de Investimentos: planejando a poupança, avaliando o risco. São Paulo: Atlas.
- SUSEP. Perguntas mais frequentes sobre planos por sobrevivência - PGBL E VGBL. Recuperado em 31 de março, 2019, de: <http://www.susep.gov.br/setores-susep/seger/coate/perguntas-mais-frequentes-sobre-planos-por-sobrevivencia-pgbl-e-vgbl>.
- Tesouro Direto. Conheça O Tesouro Direto. Recuperado em 12 de dezembro, 2018, de: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro-direto-conheca-o-tesouro-direto>.



XIII CONUCIC

Congresso UFPE de Ciências Contábeis



Wolffenbüttel, A. O que é? Dividendo. Recuperado em 15 de dezembro, 2018, de:
http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=21